



**Parecer Jurídico 41/2017 - Procuradoria Geral**

**Referência:** Projeto de Lei nº 023/2017

**Autoria:** Executivo Municipal

**Ementa:** Autoriza o Município de Gramado a celebrar termo de cessão de uso de imóvel com a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

**I – RELATÓRIO**

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de Parecer, o Projeto de Lei nº 023/2017, de autoria do Executivo Municipal, protocolado em 29/06/2017, que requer autorização legislativa para celebrar termo de cessão de uso de imóvel com a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Na Justificativa, aduz o proponente que a administração municipal busca alternativas para melhorar o abastecimento de água e saneamento básico do Município, tendo elaborado no mês de abril do corrente ano, em conjunto com a CORSAN, um cronograma de ações emergenciais de curto, médio e longo prazo no sentido de aperfeiçoar os serviços prestados à comunidade.

Refere ainda, nos fundamentos, que uma das medidas de curto prazo que objetiva aumentar a reservação de água no município é a construção de um novo reservatório de água e almoxarifado no bairro Av. Central.

Diante desta necessidade, indica o imóvel matrícula nº 7.075, de propriedade do Município, para ser cedido à CORSAN até 30 de junho de 2029, informando, todavia, que em caso de extinção do contrato de Programa firmado entre o Município e a CORSAN em 2004, o imóvel retornará para o uso do Poder Executivo, com as benfeitorias úteis e necessárias que forem realizadas pela Cessionária.

É o breve relato dos fatos.

Atendidos os requisitos regimentais, está a proposição ora referida, em condições de análise.



É o que basta a relatar. Passa-se a fundamentar:

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 Da Técnica Legislativa adequada**

A uniformidade que requer o ordenamento jurídico não permite, no que concerne à forma, a plena liberdade ao legislador para alterar as leis. Assim, sempre que for deflagrado o processo legislativo, deve-se manter certo padrão, não sendo admitida a criação de estrutura destoante ou símbolos gráficos diversos daqueles comumente utilizados no processo de elaboração dos atos normativos.

Destarte, para que o processo legislativo possa ter a qualidade exigida pelos cidadãos, necessário que seja tecnicamente adequado. A Constituição Federal previu em seu artigo 59, parágrafo único, que disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, normatizado através da Lei Complementar nº 95/1998.

Neste quesito, observamos que o PL, ora em análise, atende as normas técnicas definidas na LC 95/98, apresentando formatação adequada, dentro das normas legais vigentes.

### **2.2 Da Competência e Iniciativa**

O projeto versa sobre a permissão de uso de bem imóvel público à CORSAN, para atendimento de questões de interesse público, que é o abastecimento de água no município.

A Lei Orgânica estabelece que cabe ao Município administrar seus bens, no exercício de sua autonomia, a teor do art. 6º, inciso III, a saber:

*"Art. 6º Compete ao Município no exercício de sua autonomia:*

*III – administrar seus bens, adquirir-los e aliená-los, aceitar doações, legados, heranças e dispor de sua aplicação";*



Da mesma forma, dispõe o mesmo artigo da Lei Orgânica que compete ao município legislar sobre serviços de uso e caráter coletivo, senão vejamos:

*XXII – legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;*

Quanto à competência, a Lei orgânica assim estabelece:

*“Art. 60. Compete privativamente ao Prefeito:*

*(...)*

*VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal na forma da lei”;*

*“Art. 102. A administração de bens municipais é de competência do Executivo Municipal, exceto os que são utilizados nos serviços da Câmara Municipal de Vereadores”.*

Pela Constituição Estadual, é de competência do Município regulamentar o uso dos bens públicos municipais, *in verbis*:

*“Art. 13. É de competência do Município, além da prevista na Constituição Federal e ressalvada a do Estado:*

*(...)*

*IV – dispor sobre autorização, permissão e concessão de uso de bens públicos municipais;*

Assim, o presente PL encontra-se em conformidade com as normas legais vigentes, por ser de competência do Município normatização sobre o uso e disposição dos bens públicos municipais, entre eles a cessão de uso de bens imóveis próprios, **NÃO** se registrando, desta forma, qualquer vício de origem na presente propositura, nos termos do art. 61, § 1º, II, “a”, da Constituição Federal, aplicado por simetria.



Pelo exposto, entendemos ser cabível ao Chefe do Poder Executivo iniciar o processo legislativo nos termos apresentados.

## 2.3 Da constitucionalidade e legalidade

Na Constituição Federal, art. 30, I, e o próprio art. 6º XXIV da Lei Orgânica, que possuem igual redação, respaldam juridicamente a proposição, a saber:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)”*

*“Art. 6º Compete ao Município no exercício de sua autonomia:*

*XXIV – legislar sobre assuntos de interesse local;*

Na lei Orgânica, o uso dos bens municipais por terceiros está assim disposto:

*“Art. 106. O uso dos bens municipais, por terceiros, poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público o exigir, observando-se:*

*I - a concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de autorização legislativa, e a concorrência far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado;*

*II - a permissão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais será feita a título precário, por Decreto;*

*III - a autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por Portaria, e não poderá ultrapassar a trinta dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.*

Nesse sentido, são de valia as conceituações sugeridas pelo sempre lembrado HELY LOPES MEIRELLES acerca da cessão de uso de bens públicos:

*Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo*



*certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (...) A cessão de uso entre órgãos da mesma entidade não exige autorização legislativa e se faz por simples termo e anotação cadastral, pois é ato ordinário de administração através do qual o Executivo distribui seus bens entre suas repartições para melhor atendimento do serviço. (...) Em qualquer hipótese, a cessão de uso é ato de administração interna que não opera a transferência de propriedade e, por isso, dispensa registros externos.”*

Seguindo pela Doutrina, vejamos:

*Cessão de Uso uma medida gratuita de colaboração entre os entes da Administração Pública, e ocorre quando a posse de um bem público é transmitida de forma gratuita de um para outro órgão público, da mesma pessoa jurídica ou de pessoa jurídica diversa, por tempo certo ou indeterminado, e a utilização do bem deve se dar de acordo com condições preestabelecidas no termo próprio da Cessão (BERNARDI 2011, p. 77).*

*Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (MEIRELLES, 1996)*

*Cessão de uso é aquela em que o Poder Público consente o uso gratuito de bem público por órgãos da mesma pessoa ou de pessoa diversa, incumbida de desenvolver atividade que, de algum modo, traduza interesse para a coletividade. A formalização da cessão de uso se efetiva por instrumento firmado entre os representantes das pessoas cedente e cessionária, normalmente denominado de “termo de cessão” ou “termo de cessão de uso”. O prazo pode ser determinado, e o cedente pode a qualquer momento reaver a posse do bem cedido. (CARVALHO FILHO, 2004)*

Diante do exposto, entendo amparado pela legalidade o Chefe do Poder Executivo dispor o uso dos bens públicos próprios, bem como a cedência de sua posse para Órgão ou Entidade da Administração Pública indireta, como é o caso das CORSAN, regulamentando as condições para sua utilização, na forma da lei.

Dessa forma, não há óbice à presente propositura, na forma que se apresenta.



### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no aspecto jurídico, em observância aos princípios constitucionais vigentes, conclui-se que o PL 23/2017 atende as normas legais impostas, estando presentes a legalidade e constitucionalidade.

Desta forma, esta Procuradoria exara **Parecer jurídico favorável** à sua tramitação.

Destarte, encaminha-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para posterior deliberação, e aos nobres *edís* para análise de mérito, no que couber.

É o parecer que submeto à consideração.

Gramado, 04 de julho de 2017.

Sônia Regina Sperb Molon  
Procuradora Geral  
OAB/RS 68.402